

UMA NOVA SEGREGAÇÃO METROPOLITANA:

AS PERIFERIAS FRACTAIS – EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS
NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

THIAGO CANETTIERI

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil

R E S U M O : *Este artigo apresenta uma reflexão a respeito da organização espacial da pobreza em uma nova forma de segregação. A pesquisa insere-se no contexto da discussão sobre o processo de exclusão social que determina, em razão de uma série de mecanismos que estruturam a metrópole contemporânea, a organização espacial da população em condição de pobreza. Utilizando a metodologia da linha absoluta para delimitação da pobreza, foi realizado o mapeamento da organização espacial da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A partir disso, constatou-se que a RMBH passou a ter uma forma mais dispersa no território, com uma urbanização mais fragmentada e desconexa, com a consequente produção de uma nova periferia metropolitana.*

P A L A V R A S - C H A V E : *pobreza; exclusão social; espaço urbano; periferias fractais; segregação espacial.*

INTRODUÇÃO

A forma pela qual se organiza a urbanização contemporânea na metrópole possui novas qualidades, determinadas, em especial, por novos processos. É preciso definir essa dimensão, tendo como ponto de partida, principalmente, a constante expulsão das populações pobres nas cidades contemporâneas. Para tanto, propõe-se, aqui, como meio de qualificar essa urbanização e de definir a dimensão da produção dessas novas periferias, o uso da ideia de periferia fractal.

Limonad e Costa (2014) exploram uma diferenciação existente no campo conceitual da pesquisa urbana, qual seja: a oposição da noção de “*edgeless cities*” e a manutenção dos modelos centro-periferia. As autoras afirmam que essa questão surgiu devido à expressiva mudança na organização do espaço metropolitano com a terceira revolução industrial – acentuada no século XXI –, que afetou a distribuição da população e a produção do espaço, desafiando os conceitos estabelecidos para se referir a tais espaços. Muito tem sido escrito a respeito da incapacidade de se manter as categorias, amplamente utilizadas nas décadas de 1970 e 1980, de centro-periferia. Segundo as pesquisadoras, “[...] *contemporary urban and metropolitans sprawl defies previous centre-periphery correlations*” (LIMONAD; COSTA, 2014, p.118). Na primeira metade do século XXI, vem ocorrendo uma reorganização espacial das metrópoles em escalas diferentes; em decorrência disso, são impostas novas lógicas

sociais e espaciais no jogo de produção do espaço. Deve-se reconhecer, ainda, que essas novas estruturas desafiam as tradicionais interpretações e paradigmas, exigindo esforços analíticos para se compreender a atual realidade urbana.

Não faltam evidências da fragmentação e dispersão da expansão urbana, as quais têm levado às ideias de cidade-região (SOJA, 2008), *edgeless cities* (LANG, 2003) ou urbanização fractal. No entanto, Limonad e Costa (2014) fazem uma pergunta essencial: “*Has the idea of centre and centrality expired? Or has it acquired new meaning?*”. O argumento que se pretende construir é de que, apesar das novas formas urbanas (fragmentadas, dispersas, extensivas, difusas, reticulares, fractais), o conceito de centro-periferia continua sendo imprescindível na explicação do fenômeno urbano contemporâneo. Nesse sentido, é necessário entender essa nova configuração urbana com base na ressignificação da noção de centro-periferia.

Este artigo discute tal processo no caso específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais. A partir do tratamento das informações disponíveis nos censos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível delimitar a população pobre, utilizando a metodologia da linha absoluta de pobreza desenvolvida por Rocha (2008), assim como realizar o mapeamento dos lugares onde tal população reside. Para complementar a análise, foi conjugada a ela a mancha urbana metropolitana, com o intuito de verificar a correspondência espacial entre os espaços de moradia dos pobres e a área urbana. Observou-se uma alteração na organização da pobreza entre os anos 2000 e 2010. Com os resultados obtidos, houve a possibilidade de avaliar a nova forma de organização da periferia metropolitana.

O ESPAÇO URBANO: PROCESSOS SOCIAIS E FORMAS ESPACIAIS

O espaço é, como aponta Lefebvre (1991), produzido pelas relações sociais, envolvendo, portanto, as contradições da realidade. Com a dinâmica do capitalismo, a produção do espaço é reduzida a uma constante programação de práticas sociais cujo fim são mercadorias destinadas ao consumo e também à acumulação de capital.

David Harvey (2009) analisa a produção do espaço por meio da relação entre o que ele chama de “imaginação sociológica” e “imaginação geográfica”¹. De acordo com o autor, existe uma relação entre os processos sociais e as formas espaciais que são construídas. Em sua abordagem dialética, Harvey (2009) demonstra que o processo social e a forma espacial incidem um sobre o outro em uma imbricada relação de produto-produtor. Sendo o espaço concebido a partir desses termos, não é errôneo afirmar que o urbano assume formas espaciais por intermédio de determinados processos sociais e, inversamente, que estes últimos são organizados por meio de formas espaciais. O urbano é, pois, resultado dessa relação dialética; por isso, Lefebvre (1991) afirma que o espaço é produto e produtor de práticas sociais.

Lefebvre (2001) destaca que a cidade é obra de agentes históricos e sociais que permitem distinguir a ação e o resultado, os grupos e seu produto. No entanto, todos esses elementos estão ligados de maneira intrínseca e complementar. É a ação deles que produz a cidade.

A ordem urbana – a forma em que se estrutura, material e ideologicamente, o

¹ Deve ser salientado que essas “imaginações” não se reduzem à disciplina da sociologia e da geografia; elas fazem parte da estrutura de pensamento. Para mais esclarecimentos, ver: Harvey (2009).

urbano – é derivada, diretamente, da ordem dominante. Ribeiro (2008), por exemplo, considera a produção do urbano como uma materialização da ordem dominante capitalista (da ordem macroestrutural), com todas as contradições inerentes a ela. Sendo assim, é possível visualizar elementos da organização social na organização urbana. Como afirma Henri Lefebvre (2001, p. 66):

A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias.

É importante ter em vista essa dupla determinação da relação dialética entre espaço e sociedade: a produção do espaço urbano é determinante para a estrutura social e, ao mesmo tempo, a estrutura social age sobre a produção do espaço urbano.

Essa ordem urbana permite visualizar a organização social em dois âmbitos complementares: 1) Material, que permite ver a ordem social via paisagem geográfica (padrão de construção, acesso e qualidade da infraestrutura, localização etc.); e 2) Ideológico, o qual demonstra que a estrutura social é expressa, fundamentalmente, na percepção e/ou na representação do pensamento e do discurso (hegemônico) que comandam, em certa medida, a produção da cidade.

No sentido lefebvriano, o urbano foi criado, com a industrialização, por relações sociais próprias do sistema capitalista. É permitido pontuar, assim, que essa forma de produção social e espacial pôde existir apenas com o desenvolvimento do capitalismo. Indo além, Martins (2009, p.58) afirma que o urbano é o “epicentro da acumulação capitalista”.

UMA NOVA FORMA URBANA

O capitalismo possui uma dinâmica própria de constante renovação, produzindo novos modos de realizar a acumulação, o que implica reorganizar as relações e os processos sociais, sem, no entanto, alterar o seu núcleo baseado na separação capital-trabalho. Cada atualização de práticas sociais resulta, de certa maneira, em uma nova forma urbana.

O processo de acumulação da primeira década do século XXI é calcado em organizações de produção diferentes daquelas que foram utilizadas ao longo do século XX. A nova economia, baseada na acumulação flexível, impacta também a forma urbana. Diante de uma acumulação mais dinâmica e menos rígida, os processos sociais sistematizam formas espaciais fundadas, igualmente, nesses princípios. É em tal contexto que vários autores têm pensado a alteração da forma urbana para novas organizações espaciais (LANG, 2003; SOJA, 2008).

Uma das propostas que captam esse movimento é a de cidade fractal. Esse conceito surge no trabalho de Soja (2008) e está ligado à noção de pós-metrópole. A cidade fractal faz parte dos “discursos” que constituem a *Postmetropolis*. A fractalização da cidade (e da metrópole) é um acontecimento em que ocorre um processo de urbanização reestruturado de maneira a reorganizar os fragmentos, multiarticulados em diversas escalas e intensidades. O mosaico da cidade fordista torna-se, assim, um caleidoscópio (MONTE-MÓR, 2006). Essa alteração, segundo

Monte-Mór (2006, p. 80), faz com que, a cada mudança conjuntural expressiva, as peças que estruturam a metrópole “saíam do lugar”, possibilitando que o “novo apareça no espaço urbano-regional”.

Monte-Mór (2006) pontua que a metrópole fractal torna-se mais forte e clara em função da evolução do processo de urbanização extensiva, formando articulações múltiplas e dispersas. Considerando isso, a urbanização extensiva corresponde à urbanização que se espalha para além das cidades, abarcando, virtualmente, todos os espaços rurais e regionais. Ela representa a estrutura socioespacial dominante na sociedade capitalista contemporânea, com a extensão das formas e dos processos urbano-industriais e do elemento político da *práxis* urbana à totalidade do espaço social. Nas palavras do autor:

A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. [...] O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho. As grandes cidades industriais estendem-se, assim, sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas (MONTE-MÓR, 2006, p. 13).

Lefebvre (2008) recorre à metáfora da implosão-explosão da cidade (já iniciada com a industrialização, mas consumada apenas no momento de inflexão do urbano), que evidencia o acontecimento conjunto da intensa concentração de pessoas, atividades, capital, instrumentos, técnicas, pensamento e a projeção de fragmentos da cidade, múltiplos e disjuntos, por todo o espaço. A esse respeito, Tonucci (2013) argumenta que a cidade industrial, enorme e conturbada, precede e anuncia a zona crítica da passagem para o urbano. A realidade urbana, induzida pela industrialização, converte-se em causa indutora e a problemática urbana impõe-se em escala mundial. Essa nova realidade urbana modifica as relações de produção – mas não as transforma – e torna-se força produtiva. A cidade passa a ser uma estratégia de acumulação.

Deve ser destacado, entretanto, que a fractalização da metrópole não nega a articulação das partes e a centralização. Na verdade, na economia capitalista contemporânea, essa organização passa a ser uma necessidade, não podendo haver perda de espaços por desarticulação. O fenômeno da urbanização capitalista procura integrar, coerentemente, seus elementos num todo.

A estrutura socioespacial das metrópoles torna-se cada vez mais complexa e dinâmica. As alterações acontecem com rapidez e intensidade maiores. Os padrões que antes explicavam a estrutura socioespacial, como é o caso do modelo centro-periferia, conjugam-se com a fractalização: um não nega o outro, ao contrário, eles passam a coexistir, simbioticamente².

A partir dessa perspectiva, é possível (re)pensar a escala da urbanização no âmbito metropolitano. Magalhães (2008), por exemplo, desenvolve seu argumento baseado na análise dos processos socioespaciais contemporâneos da extensão do tecido urbano-metropolitano para um espaço regional cada vez mais amplo. Com isso, é preciso que ocorra uma reestruturação e reconfiguração territorial das metrópoles de um modo

² Assinale-se, por ora, que esses aspectos são importantes para a análise das periferias fractais que serão discutidas a seguir.

diferente do que Santos (1993) denominou de involução metropolitana. Nas palavras de Magalhães (2008, p.10), “[...] trata-se de um processo contemporâneo de produção do espaço urbano e que a metrópole fordista, produto da própria entrada da indústria em larga escala na cidade, passa, nas margens, a se apresentar como um custo e um empecilho para determinados setores”. Assim, torna-se necessária, para continuar a ocorrer a acumulação de capital, uma nova forma de organização do espaço: a forma fractal.

A forma fractal não nega a ideia da urbanização extensiva de Monte-Mór (1994). Na verdade, ao designar a urbanização metropolitana como fractal, ratifica-se, conjuntamente, a urbanização extensiva. O que ocorre é a imposição de uma urbanização capitalista, que se dá, porém, de modo disperso. Como destaca o autor:

O advento da urbanização extensiva com base no meio técnico-científico-informacional (MTCI) corresponde à superposição de engenharias ao território (transporte e comunicações), conferindo maior fluidez aos agentes produtores do espaço, flexibilizando e, mesmo, deslocalizando certos espaços (MONTE-MÓR, 2006, p. 18).

Dessa maneira, é possível perceber a fractalização da urbanização. Mesmo com a dispersão e fragmentação, o tecido urbano continua estando todo conectado. Isso se deve a uma série de fatores: 1) ao processo de desconcentração produtiva da própria cidade, que reorganiza o modo de usar e de consumir o espaço, estando apoiado em um ideal de cidade segregada e higienista; 2) ao aumento do crédito a parcelas cada vez maiores da população; 3) ao paradigma de mobilidade urbana privada-individual; 4) a uma urbanização em que prevalece os interesses de proprietários de terra e dos incorporadores imobiliários, preocupados com a especulação imobiliária.

Esse novo padrão de urbanização ainda é inicial. O que se pode dizer dele continua sendo baseado em tendências que se desenham no horizonte como possibilidades. Tal forma de urbanização tem como pressupostos básicos a alocação fragmentada da malha urbana e o desenvolvimento urbano descontínuo.

EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO

Pobreza, expulsão e segregação são elementos constituintes da realidade urbana contemporânea. É sistemático o processo dual de produção e expulsão dos pobres das cidades, obrigando-os a viver em periferias cada vez mais distantes. Em relação a isso, Santos (1993, p. 10) afirma:

A cidade em si, como relação social e de materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

A cidade é resultado de uma produção capitalista do espaço que, como tal, tem como palavra de ordem as necessidades de produção, circulação e apropriação do capital. Na constituição de tal espaço, acabam sendo criados estranhos limbos nas cidades: as periferias, uma zona de exílio em que, segundo Davis (2006, p. 41), “[...] são depositados lixo-humano”.

É a partir dessa perspectiva que se deve entender a segregação: os trabalhadores são responsáveis por produzir a mesma cidade que os lança para as periferias distantes. O trabalhador urbano, precarizado, explorado e expulso, poderia dizer: “A cidade que construo é a cidade que me expulsa”. Isso é explicado (e, em certa medida, até justificado) pela dinâmica própria da lógica do capital. O capitalismo funciona, como aponta Harvey (2013), com base em uma discrepância entre o valor de uso e o valor de troca. A relação é tensionada em direção ao valor de troca, que ganha em importância e passa a ser a única medida de valor da mercadoria (mercadoria ordinária, mercadoria moradia, mercadoria cidade, mercadoria força de trabalho etc.). Dessa tensão, ocorre uma “explosão” do valor de troca que acaba com o valor de uso, e, assim, este último se perde.

A cidade, a moradia, o deslocamento, transformados em mercadoria, passam a ter a única forma de valoração por intermédio do seu valor de troca. O seu uso é obscurecido pelo preço. No caso da moradia, especificamente, tem-se a constante produção, destinada exclusivamente a satisfazer às necessidades do capital por meio do valor de troca.

Em sua pesquisa sobre estruturação urbana e mobilidade espacial da população, Silva (2013) destaca o deslocamento por causa da moradia como um elemento muito forte entre migrantes que residem nas periferias metropolitanas. Cada vez mais, o custo de moradia (seu valor de troca) se torna mais alto para satisfazer à dinâmica capitalista, o que faz com que a população seja expulsa das áreas onde antes residia para periferias mais distantes. Esse tipo de situação, como será visto, aparece no município de Belo Horizonte.

Para Abramo (2003), existe uma relação entre a estrutura da organização da cidade e a lógica de apropriação da mais-valia fundiária urbana. A forma como a cidade se organiza é comandada pela dimensão da circulação do capital. A moradia insere-se nessa dinâmica e tende a atender a esse mesmo imperativo.

A moradia dos pobres é subjugada à lógica da extração de mais-valia por meio da prevalência do valor de troca. Todavia, os pobres não possuem rendimentos financeiros para arcar com os elevados custos, normalmente associados à demanda da circulação do capital, passando a ocupar espaços que podem pagar. Esse processo é descrito por Singer (1979, p. 87-88), para quem a cidade capitalista

[...] não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura o mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano. [...] Quando os direitos de propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.

A colocação de Singer (1979) revela que a produção da cidade capitalista desconsidera um lugar para aqueles indivíduos que não podem pagar pelo solo urbano, exatamente pelo fato de que isso é inconciliável com a acumulação de capital. Como é possível garantir taxas de lucros maiores se a cidade for produzida pensando

na precária situação daqueles que são espoliados pelo sistema? Com efeito, não é possível; a solução encontrada é, simplesmente, a expulsão, que se realiza na cidade capitalista da acumulação (de poucos) e do confisco (de muitos).

É necessário compreender as migrações como um mecanismo de redistribuição espacial da população, a qual se adapta aos rearranjos espaciais das atividades econômicas. Elas são processos, histórica e espacialmente, determinados, fazendo parte da totalidade social. Ressalte-se que, diante desse mecanismo, temos a existência de momentos de reorganização de redistribuição da população, conjugados com a dinâmica urbana.

Essa reorganização espacial da população segue os ditames da ordem urbana. Nas palavras de Ribeiro (2008, p. 28): “A ordem urbana – como uma particular concretização da ordem dominante – imprime no cotidiano as marcas do domínio exercido, ao longo da história, por diferentes frações das classes hegemônicas”. Ela, então, esclarece a quem serve a organização do espaço. É um imperativo construir uma cidade marcada pelo domínio da classe dominante. Nesse sentido, há, no urbanismo, uma dimensão de classes que não pode ser olvidada. Tal dimensão é, como se sabe, abordada na literatura sobre o tema do urbanismo. Milton Santos (1977, p. 87), por exemplo, escrevia:

A construção de avenidas modernas, a ponte cruzando, as estradas, levam à valorização da terra urbana ainda ocupada e usada pela população local. Embora o projeto de renovação tenha sido anunciado como uma melhoria de circulação do tráfego dentro da cidade, na verdade ele serviu aos propósitos de uma operação especulativa que hoje expulsa da área os pobres e suas atividades e os substitui por atividades de alta intensidade de capital. [...] A maioria dos antigos habitantes teve que se mudar para a periferia da cidade. [...] Novamente o pretexto para a operação é a limpeza física e social do ambiente.

A expulsão ocorre tanto materialmente, com os barracos dos trabalhadores pobres sendo derrubados para dar lugar a modernas avenidas, pontes e estradas a serem utilizadas pela classe abastada, quanto “imaterialmente”, com a operação especulativa, representante principal da dinâmica do capital financeiro na produção do espaço urbano. Hoje, essa dinâmica é ainda mais forte e, ao mesmo tempo, paradoxal.

EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS NA RMBH

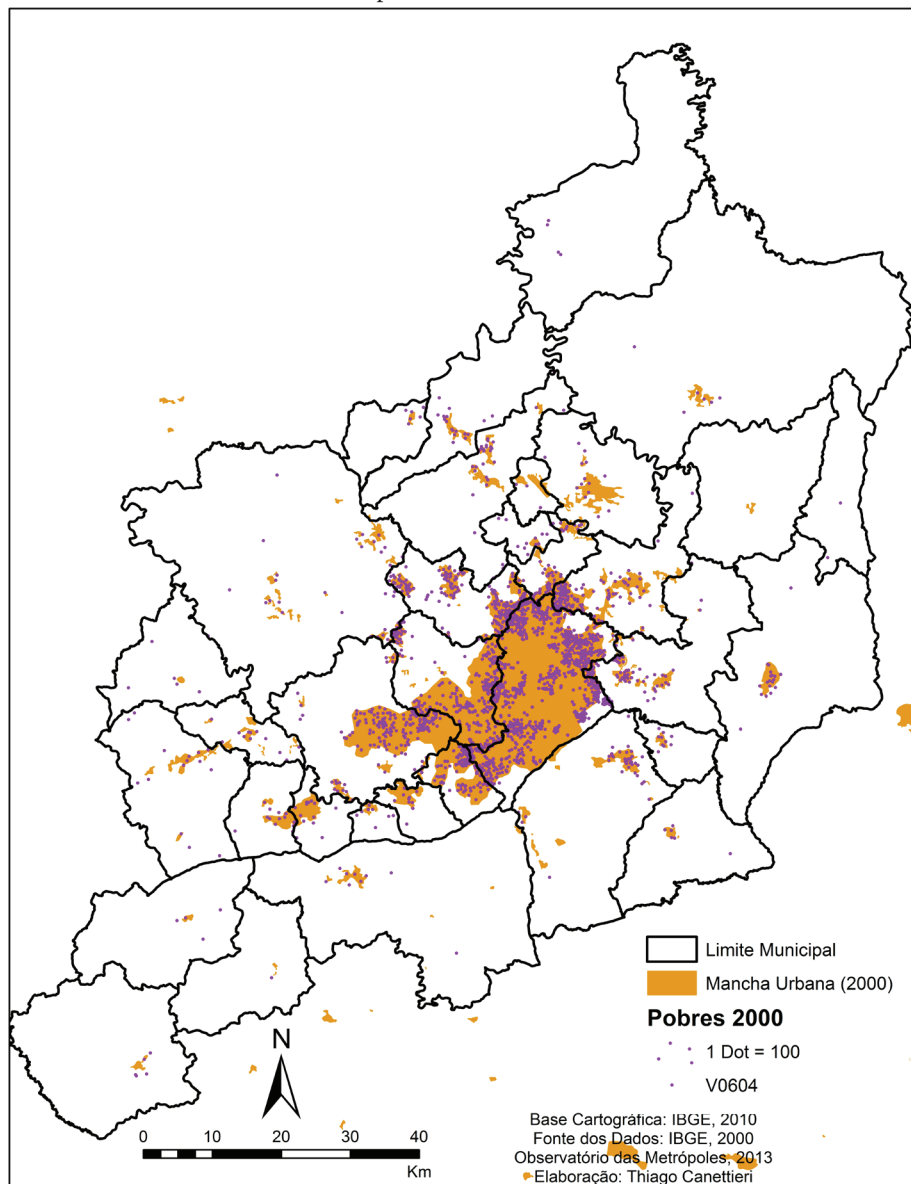
Tendo a linha de pobreza sido definida, segundo a metodologia de Rocha (2008), como a parcela dos que têm renda entre R\$ 116,43 e R\$ 248,13 para os anos 2000 e 2010, respectivamente, é possível delimitar tanto a formação de novas periferias quanto o volume total da população nessa situação. Em 2000, o total de pobres na RMBH era de 1.462.894 pessoas. Esse valor foi reduzido, em 2010, para 901.267 – um decréscimo de 561.626 indivíduos. Cumpre lembrar que essa informação não é qualificada e representa uma informação de estoque. Nesse processo, então, há que se considerar/ incluir como hipóteses a migração externa, a morte ou o aumento efetivo de renda.

Para a análise desse tema, é interessante observar padrões intramunicipais, pois tal característica é essencial para a compreensão da organização socioespacial.

Considerando isso, os mapas aqui expostos apresentam a localização dos pobres no âmbito do setor censitário – escala de análise mais detalhada que o censo permite trabalhar.

O padrão observado no ano 2000 apresenta uma pobreza urbana muito concentrada, em especial nas áreas limítrofes à capital mineira, Belo Horizonte. A maior parte dos pobres está ou em Belo Horizonte ou nos seus municípios vizinhos. Contudo, essa constatação não exclui a existência de outras concentrações, de volume bem menores, em áreas mais distantes de Belo Horizonte e, em sua maioria, nas sedes municipais. Sublinhe-se, ainda, que a orientação da distribuição da pobreza é orientada, predominantemente, para a região oeste da capital, sendo possível destacar o eixo industrial, que passa por Contagem e Betim. Tais aspectos podem ser visualizados no Mapa 1.

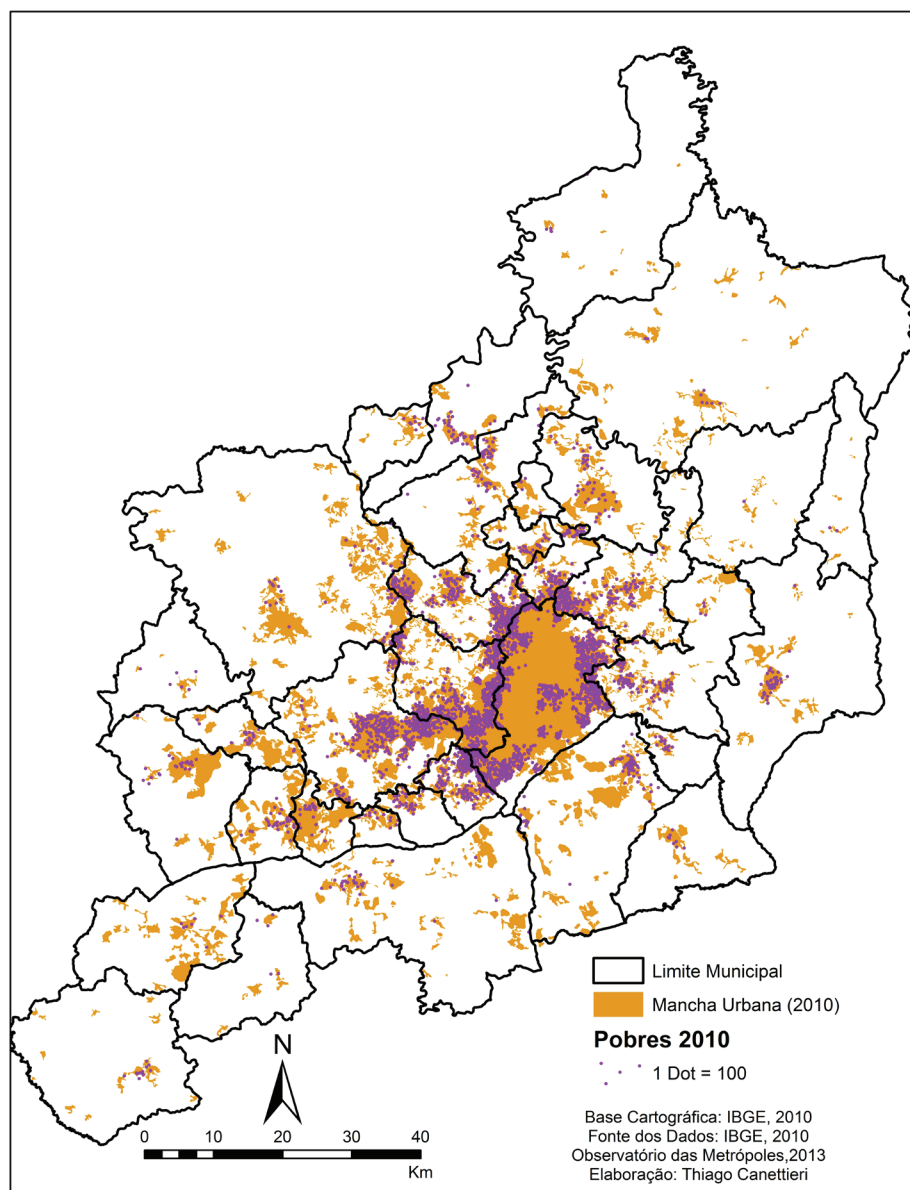
Mapa 1: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana no ano 2000



Esse mapa revela que a pobreza predomina, de forma praticamente absoluta, nas áreas urbanizadas. É igualmente notório o fato de que a pobreza segue, em grande medida, o padrão de dispersão da mancha urbana. Assim, em 2000, a mancha urbana – anteriormente contígua à de Belo Horizonte – invadiu outros municípios, concentrando a população pobre nos seus limites. Tal fenômeno corresponde ao que a literatura denomina de franja urbana.

Semelhante ao que foi feito para o ano 2000, o mapa subsequente mostra a distribuição da pobreza na RMBH, tendo como base da análise a mancha urbana metropolitana em 2010.

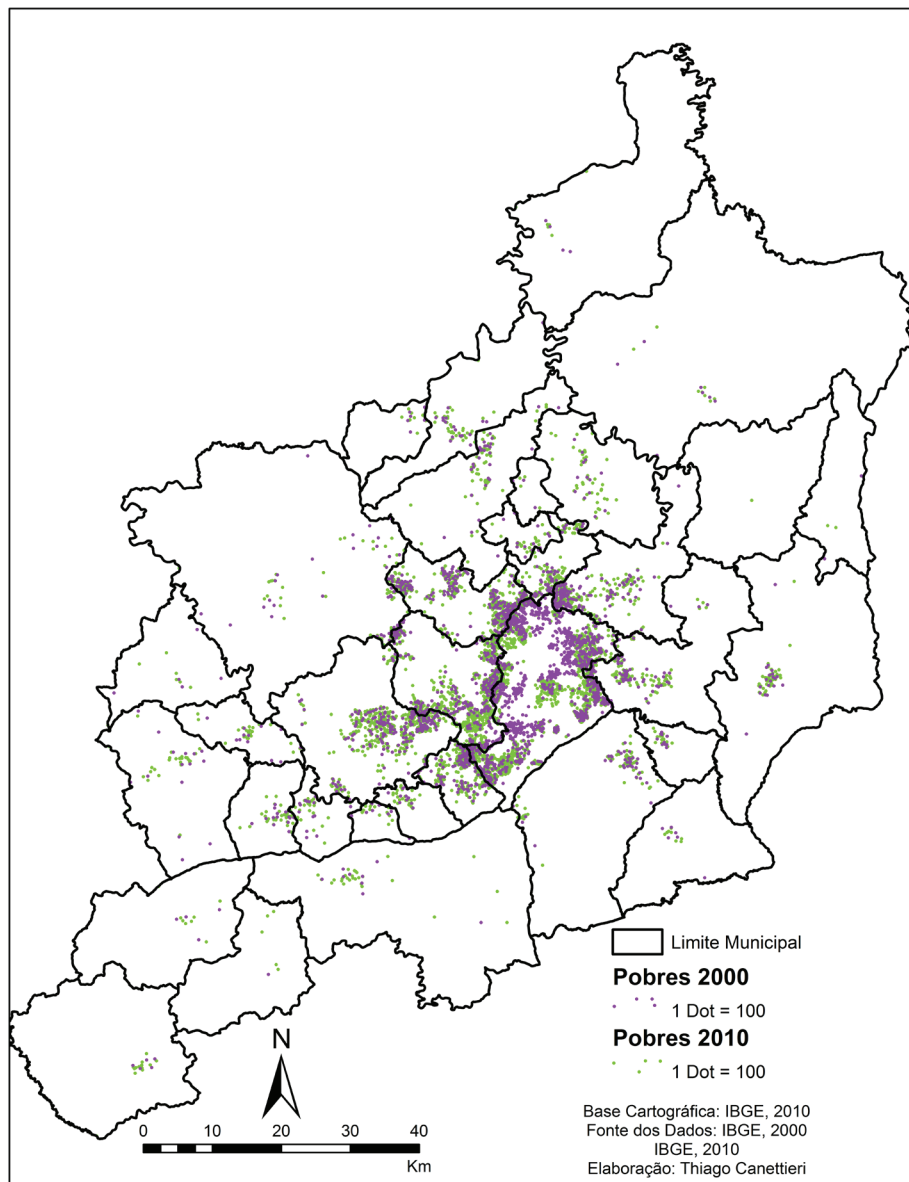
Mapa 2: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH e a mancha urbana metropolitana em 2010



O mapa acima demonstra que a pobreza acompanha (ou é acompanhada) pela urbanização. Como já descrito, a urbanização toma uma forma fractal (TONUCCI, 2009; SOJA, 2008). Juntamente da análise do Mapa 3, pode-se concluir que a pobreza possui padrão espacial muito semelhante.

No Mapa 3, nota-se que a população pobre em 2010 está distribuída no território de forma espalhada. Essa dispersão ocorreu, principalmente, nas orientações norte, noroeste, oeste e sudoeste. Mesmo que o número de pessoas consideradas pobres tenha reduzido de 2000 para 2010, a sua distribuição espacial ampliou-se um pouco mais. Em 2010, a pobreza também não apresentou mais a mesma concentração que no ano 2000. Ela tornou-se mais dispersa, fragmentada e desconexa territorialmente. É certo, no entanto, que permaneceu uma considerável concentração da pobreza na área de fronteira do município de Belo Horizonte.

Mapa 3: Densidade da população em situação de pobreza nos setores censitários da RMBH nos anos 2000 e 2010



Analisando a organização da estrutura sócio-ocupacional da população da RMBH em 2000, Mendonça (2003, p.148) afirma:

O que se observa na metrópole belo-horizontina é um *continuum* territorial, em que, de um lado, espaços superiores vão se expandido no sentido da Lagoa da Pampulha e na direção sul e, de outro, espaços também contíguos, populares e cada vez mais periféricos expandem-se nas direções norte e oeste.

Essa organização indica uma ideia de periferia contínua. A pobreza urbana tende a estar concentrada próxima ao centro. Isso foi descrito por Milton Santos (1978), que, em sua argumentação, ratifica que o lugar de moradia dos pobres é praticamente contínuo à mancha urbana do centro. Eles, segundo o autor, fazem o papel de extensor do tecido urbano por meio dos movimentos reivindicativos, sendo expulsos para locais cada vez mais distantes.

Até o ano 2000, a ideia de Santos (1978) era representada na RMBH pelos processos socioespaciais, todavia, pela análise dos dados do censo de 2010, a organização da estrutura espacial da metrópole alterou-se. O que se observa, ainda que como tendência, é a formação de uma estrutura socioespacial mais complexa, fragmentada e dispersa, fractalizada no território. Em suma, a partir do período analisado, visualiza-se a formação de uma nova periferia metropolitana.

A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS FRACTAIS

Não é possível abandonar, como apontou Lefebvre (1991, 2008), a ideia da relação dicotômica centro-periferia quando se trata de cidades capitalistas, dada a sua lógica inerente: o capital tende a se concentrar e, para tanto, pressupõe a reprodução de desigualdades em escalas cada vez mais amplas, sendo materializada nas cidades, quando observado a dimensão do centro e da periferia. Nas palavras de Monte-Mór (1994, p. 170-171):

A área metropolitana é a expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lefebvre, da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata. Ali, a antiga cidade industrial, implodida sobre o centro metropolitano e alguns de seus subcentros, recriou o “core urbano” – concentração nodal do poder – e a trama extensiva da cidade industrial explodida, equipada para a produção e para a reprodução coletiva, sob a forma do tecido urbano.

O crescimento da complexidade e diversificação dos processos materiais e imateriais na produção do espaço metropolitano leva a uma redefinição da relação centro-periferia, que passa a ser entendida a partir da ideia de periferias fractais. Um ponto importante diz respeito ao fato de que a fractalização torna a periferia mais dispersa e fragmentada sobre o espaço metropolitano. Pode-se falar em um contínuo esgarçamento do tecido urbano sobre as áreas periféricas, o que faz com que a cidade se estenda sobre o território de uma forma diferente do que o observado até então. A fractalização do urbano não acaba com a noção de centro e periferia, mas essa dimensão se estabelece num nível diferente do anterior: centro e periferia se realizam por intermédio da fractalização.

O conceito de nova periferia metropolitana fractal deve ser capaz de apresentar dois elementos centrais que parecem ser a tendência da forma de urbanização contemporânea: a fractalização do tecido urbano e a reprodução do centro e da periferia. Como explica Monte-Mór (1994), as periferias se articulam dialeticamente em direção aos centros, subcentros e subsubcentros.

É necessário compreender que o conceito de periferia fractal traz consigo a ideia de que cada fragmento carrega a tensão da totalidade do processo de urbanização. Mesmo com uma urbanização desconecta e fragmentada, os fractais representam a tensão que gerou essa forma. Em última instância, ocorre uma contradição inerente ao capitalismo: a separação trabalho-capital, expressa espacialmente nas metrópoles contemporâneas na forma das periferias fractais.

Além disso, deve-se destacar, primeiramente, que a expansão das periferias é realizada, marcadamente, por meio da pobreza. Em segundo lugar, a organização espacial assume uma forma dispersa e desconexa no território, embora, no todo metropolitano, seja articulada tanto materialmente, por vias de acesso, quanto simbolicamente, por uma cadeia de sentido. Para dar conta de tais características, é preciso recorrer a uma noção de periferização caleidoscópica, a qual é dinâmica e fluida e altera-se conforme os imperativos da organização do capital.

Como observado até aqui, a pobreza torna-se dispersa no território. Nas ciências que estudam as grandes cidades, fala-se muito em descentralização, processo que seria essencial para a manutenção da vida urbana, que experimenta, cada dia mais, as deseconomias de aglomeração. A descentralização, de fato, ocorre para a pobreza, ao passo que a riqueza tende a continuar concentrada (ainda que se note certa expansão de sua área).

Para atender a esse processo, pode-se falar na existência de uma estrutura (que determina tanto uma superestrutura quanto uma infraestrutura) socioeconômica agindo sobre a distribuição da população no espaço. Os vários processos existentes atuam em grandes rodadas de rearranjos populacionais, a fim de satisfazer determinada lógica de circulação e acumulação de capital nas metrópoles contemporâneas. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, verifica-se que, na primeira década do século XXI, o padrão do crescimento urbano passa a ter uma forma fractal determinada pelo estabelecimento de novas relações sociais com a produção do espaço metropolitano. A cidade, como expressão das relações sociais capitalistas, acaba sendo espaço de reprodução das relações de exploração, que, ao mesmo tempo, reproduzem as condições sociais.

A lógica dominante é um imperativo do capital. Dado o circuito limitado do capital (principalmente hoje, quando, como descreve Harvey (2013), as taxas de lucros sofrem com a redução), a saída encontrada pelo capitalismo foi a urbanização. Sendo impossível urbanizar a área dos ricos mais de uma vez, a não ser por meio de intensa verticalização, foi necessário urbanizar as periferias. Não apenas urbanizá-las, mas também dispersá-las no território. Assim sendo, tal como sugere Harvey (2009; 2013), a reordenação espaço-temporal do processo de urbanização é uma das formas efetivas para a sobrevivência do capitalismo, com a destinação rentável de capital sobreacumulado de outros setores e escalas. E essa reordenação espaço-temporal do circuito do capital está ligada à reorganização espacial da população pobre na metrópole, a qual se relaciona, por sua vez, a

determinada estrutura de dominação e submissão. Os pobres são, como descreve Harvey (2009), distribuídos de acordo com a estrutura urbana necessária para a reprodução do capital.

Nesse sentido, essa nova forma revela seu conteúdo de segregação. Esta não é tão diferente da anterior, porém é ainda mais intensa. A forma com que passa a se organizar a periferia ocorre dispersamente no território. Ela reinventa a forma da metrópole e, concomitantemente, reproduz a lógica da segregação: são efetivamente elementos da mesma estrutura de dominação, apesar da nova aparência.

Considerando os modos com que se manifestam as várias determinações constitutivas da dinâmica do capital, essa reestruturação da dinâmica urbana é a expressão da dinâmica da produção capitalista do espaço.

A legislação urbana, representada pelo Estado, tem fundamental papel nesse processo, bem como as diferentes partes do capital: o crédito, a incorporação imobiliária, a indústria etc. É igualmente importante a relação simbiote entre as várias frações do capital e o Estado.

A metrópole continua com seus ritmos de (re)produção calcados em uma série de relações sociais de trabalho, que, com pequenas alterações, são mantidas substancialmente as mesmas. O conteúdo subjacente ao urbano continua sendo essencialmente “segregador” e excludente. No entanto, em virtude da necessidade imperativa da reprodução ampliada do capital, a forma urbana teve de ser alterada. O pobre é forçado a se mudar, a desterritorializar-se, para, posteriormente, reterritorializar-se. Esse movimento pode se dar tanto por via do capital, que, pelo mecanismo do mercado, expulsa o pobre, quanto pelas remoções forçadas, efetuadas por meio da ação estatal. Após a expulsão, aquele que foi atingido deve procurar outro espaço de moradia, mais distante das áreas centrais. Isso pode significar, para ele, entre outras coisas, uma hora a mais num transporte precário, acesso aos serviços públicos (saúde, escola, creche) de pior qualidade, em poucas palavras, degradação de sua qualidade de vida.

São produzidas, assim, novas sociabilidades e formas de percepção da metrópole. Ambas funcionam como um meio de inserir os indivíduos em uma nova organização de relações sociais de produção, cuja origem remonta à separação entre o valor de uso e o valor de troca e à divisão de classes da sociedade. As sociabilidades impostas, por sua vez, implicam a reestruturação da subjetividade dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição espacial dos grupos sociais na metrópole está longe de ser aleatória, como se o espaço metropolitano fosse socialmente indeterminado. Ao contrário, existe um claro padrão de moradia. Este se define nas relações sociais, que, materializadas no espaço, apresentam relações de segregação. Com o trabalho, verifica-se que a migração opera como resultado de um processo de reprodução ampliada do capital, o qual se deve à existência de um certo desequilíbrio intrarregional que coordena o modo de ocupação do espaço. Isso advém do fato de que a reprodução do capital gera, por definição, a produção desigual dos espaços.

No caso analisado, observa-se a tendência de a pobreza se localizar nas áreas metropolitanas periféricas. Essa periferização da pobreza é acompanhada pelo

espraçamento do espaço construído, passando a existir uma forma fractal. Por essa razão, fala-se em nova periferia ou nova segregação metropolitana.

Considerando isso, buscou-se sublinhar, neste artigo, a noção de periferia fractal como uma maneira de designar a nova forma de organização do espaço metropolitano. Essa forma difere substancialmente da urbanização fractal apresentada por Soja (2000) para o contexto de Los Angeles. A fractalização que se nota na RMBH ocorre a partir da periferia: é exatamente o processo de periferização que fractaliza a metrópole.

Essa organização espacial é visualizada nos mapas. Eles demonstram uma descontinuidade urbana relacionada com a presença de contingentes de pobres urbanos. A fractalização da periferia reproduz, em um nível mais elevado, a contradição entre centro e periferia, de tal forma que a organização espacial da metrópole é fundamentada, primeiramente, na segregação espacial.

Thiago Canetti:
thiago.canetti@gmail.com.

Artigo recebido em janeiro de 2015 e aprovado para publicação em maio de 2015.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. *A dinâmica do mercado do solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres*. Rio de Janeiro: Estudos Cariocas, 2003.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- HARVEY, D. *Social Justice and the City*. Georgia: The University of Georgia Press, 2009.
- _____. Valores de uso, valores de troca e valores. *Margem Esquerda – Ensaio Marxistas*, v. 20, p. 51-73, 2013.
- LANG, R. Edgeless Cities: examining the non centered metropolis. *Housing Policy Debate*, v. 14, n. 1, p. 427-460, 2003.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- _____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- _____. Dissolving city, planetary Metamorphosis. *Society and Space*, v. 32, n. 2, 2014.
- LIMONAD, E.; COSTA, H. Edgeless and eccentric cities or new peripheries? *Bulletin of Geography – Socio-economic Series*, n. 24, p. 117-134, 2014.
- MAGALHÃES, F. *Transformações Socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano*. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MARTINS, S. Do rentismo à economia política do espaço. In: CONGRESSO INTERNACIONAL AMERICANISTA, 53., 2009, Ciudad de México. *Anais do 53º Congresso Internacional de Americanistas*. Ciudad de México, 2009.
- MENDONÇA, J. Mobilidade residencial e dinâmica das transformações socioespaciais na metrópole belo-horizontina. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 9, p. 39-79, 1º sem. 2003. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9205/6820>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 196-181.
- _____. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. (Texto para discussão, 281). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- RIBEIRO, A. C. T. Cidade e Capitalismo periférico: Em direção à experiência popular. *Margem Esquerda – Ensaio Marxistas*, n.12, 2008.

- ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil – Algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 265-299, maio/ago. 2006.
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SILVA, E. T. Dinâmica populacional e migrações nas regiões metropolitanas nos anos 2000. In: RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 117-156.
- SINGER, P. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.
- SOJA, E. *Postmetropolis*. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.
- TONUCCI, J. B. Belo Horizonte – Da cidade planejada à metrópole segregada. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*. Florianópolis: ANPUR, 2009. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3022/2957>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- _____. A Explosão da Metrópole e o Setor Imobiliário sob a Urbanização Extensiva: apontamentos a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 10., 2013. *Anais do X Encontro Nacional da ANPEGE*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

ABSTRACT : *This paper presents a reflection regarding the spatial organization of poverty as a new form of segregation. The research fits into the context of the discussion related to the social exclusion process that determines the spatial organization of the poor population due to mechanisms that structures the contemporary metropolis. Using the absolute poverty line approach, was carried out to map the spatial organization of poverty in the metropolitan area of Belo Horizonte (MABH). Poverty is replaced by a more dispersed in the territory, more fragmented and disjointed as the form of urbanization. Thus, it's generates a new metropolitan periphery.*

KEY WORDS : *poverty; social exclusion; urban space; fractal periphery; spatial segregation.*